



Prova Escrita Objetiva – Nível Médio completo

# TÉCNICO DA PROCURADORIA - ESPECIALIDADE - CONTABILIDADE

Tipo 1 – BRANCA



## SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo sessenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



## TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



## NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



## INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas



## Conhecimentos Básicos

Esta prova tem por base textos da imprensa nacional sobre fatos de nosso momento histórico.

### Texto 1

Em uma colaboração internacional sem precedentes sobre reforma fiscal, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE) apresentou ontem um plano para reprimir a evasão internacional de impostos. O programa, cuja elaboração, a pedido do G-20, durou dois anos, tenta colocar fim a uma longa batalha contra brechas jurídicas que permitem que multinacionais deixem de recolher impostos nos países onde operam, colocando no holofote empresas como McDonalds, Starbucks e Google. (*O Globo*, 6/10/2015)

### 1

Os adjetivos destacados do texto 1 se referem a espaços específicos; a opção em que a identificação desse espaço é inadequada é:

- (A) reforma fiscal / espaço da fiscalização pública;
- (B) colaboração internacional / espaço de todas as nações;
- (C) brechas jurídicas / espaço do Direito;
- (D) Desenvolvimento Econômico / espaço da Economia;
- (E) evasão internacional / espaço entre as nações.

### 2

Sobre a manobra da OCDE, podem-se identificar várias circunstâncias; a circunstância corretamente indicada é:

- (A) “em uma colaboração internacional sem precedentes” / modo;
- (B) “plano para reprimir a evasão internacional de impostos” / causa;
- (C) “tenta colocar fim a uma longa batalha contra brechas jurídicas” / finalidade;
- (D) “O programa, cuja elaboração, a pedido do G-20, durou dois anos” / localização espacial e temporal;
- (E) “permitem que multinacionais deixem de pagar impostos” / meio ou instrumento.

### 3

Tendo em vista o conteúdo do texto 1 e a estruturação típica de manchetes de jornais, a manchete adequada para esse texto é:

- (A) OCDE acaba com evasão de impostos;
- (B) OCDE mostra coragem na Europa;
- (C) Brilhante manobra da OCDE impede evasão;
- (D) OCDE apresenta plano contra evasão fiscal;
- (E) Gigantes da fast-food em perigo.

### Texto 2 – Momento da Economia

Há sutis melhoras à frente; possibilidades vagas que nascem muitas vezes do agudo da crise. Mas é bom falar nelas em momentos de escassez de esperança. “A inflação será forte este ano, mas a recessão vai derrubá-la no ano que vem”, diz o economista José Roberto Mendonça de Barros. A recessão e a disparada do câmbio estão fazendo o ajuste externo, e o país pode ter dois anos de superávits altos. (Miriam Leitão, *O Globo*, 16/10/2015)

### 4

Segundo o próprio texto 2, a sua finalidade é:

- (A) criticar a política econômica do Governo;
- (B) elogiar o equilíbrio do economista citado;
- (C) prever mudanças benéficas no panorama da crise;
- (D) destacar a importância de algumas medidas tomadas;
- (E) comentar alguns sinais de mudança para melhor.

### 5

A frase “Mas é bom falar nelas em momentos de escassez de esperança” foi reescrita de várias formas, abaixo indicadas; a forma que mostra incorrecção ou modificação do sentido original é:

- (A) É bom falar nelas, porém, em momentos de escassez de esperança.
- (B) É bom que se fale nelas, contudo, em momentos de escassez de esperança.
- (C) Em momentos de escassez de esperança, no entretanto, é bom que se fale nelas.
- (D) É bom, todavia, falar nelas em momentos de escassez de esperança.
- (E) Mas em momentos em que a esperança está escassa é bom falar nelas.

### 6

No texto 2, ao atribuir a um economista conhecido a citação entre aspas, a autora do texto pretende certamente:

- (A) prestigiar a fala de um amigo;
- (B) criticar a linguagem popular do economista;
- (C) demonstrar a importância do tema tratado;
- (D) dar autoridade à opinião expressa;
- (E) passar clareza no tratamento do tema.

### 7

A frase do texto 2 em que ocorre a presença de um adjetivo substantivado é:

- (A) “Há sutis melhoras à frente”;
- (B) “possibilidades vagas”;
- (C) “nascem muitas vezes do agudo da crise”;
- (D) “Mas é bom falar nelas”;
- (E) “A inflação será forte este ano”.

**Texto 3 – Carta do Leitor – Aposentadoria**

O governo federal tem que escolher se quer mesmo fazer uma regra de aposentadoria para valer ou vai fazer outra pequena e de duvidosa justiça para todos. Se vai ser para valer, terá que acabar com a curiosa aberração que é a aposentadoria para mulher ser antecipada em cinco anos; absurdo inexistente em praticamente todo o mundo, além do que, no Brasil, elas vivem em média 8 anos a mais que os homens. A dupla jornada, antiga alegação, hoje é compartilhada com seus maridos e companheiros e não serve mais. O governo terá também que acabar com a aposentadoria de cinco anos menos para professores, uma vez que não há razão para esse benefício. Independentemente de sexo ou profissão, todos têm que pagar pelo mesmo número de anos. (*O Globo*, 9/10/2015)

**8**

A carta do leitor, transcrita no texto 3, mostra exemplos de linguagem coloquial; o segmento abaixo que exemplifica essa variedade de linguagem é:

- (A) “O governo federal tem que escolher se quer mesmo fazer uma regra de aposentadoria para valer”;
- (B) “...vai fazer outra pequena e de duvidosa justiça para todos”;
- (C) “O governo terá também que acabar com a aposentadoria de cinco anos”;
- (D) “Independentemente de sexo ou profissão, todos têm que pagar pelo mesmo número de anos”;
- (E) “...absurdo inexistente em praticamente todo o mundo, além do que, no Brasil, elas vivem em média 8 anos a mais que os homens”.

**9**

O texto 3 é classificado como texto argumentativo, pois apresenta uma tese global, que é:

- (A) a mulher não deve ter privilégios na aposentadoria;
- (B) os professores não devem aposentar-se antes;
- (C) o governo deve fazer nova regra de aposentadoria;
- (D) todos devem aposentar-se após o mesmo número de anos;
- (E) o governo deve seguir o bom exemplo de outros países.

**10**

Como normalmente ocorre nesse gênero textual (carta de leitor), o texto 3 expressa opiniões do emissor. As palavras abaixo que mostram teor opinativo são:

- (A) duvidosa justiça / maridos e companheiros;
- (B) aberração / antiga alegação;
- (C) absurdo / aberração;
- (D) dupla jornada / duvidosa justiça;
- (E) benefício / dupla jornada.

**11**

Os pares de palavras abaixo mostram uma estrutura idêntica em termos de classes de palavras; o par que mostra uma estrutura diferente é:

- (A) curiosa aberração;
- (B) duvidosa justiça;
- (C) absurdo inexistente;
- (D) antiga alegação;
- (E) mesmo número.

**12**

No texto 3, os argumentos empregados pelo leitor são caracterizados como:

- (A) testemunhos de autoridade / opinião pessoal;
- (B) opinião pessoal / exemplos externos;
- (C) exemplos externos / fatos históricos;
- (D) fatos históricos / apelo à tradição;
- (E) apelo à tradição / testemunhos de autoridade.

**13**

Ao argumentar contra a aposentadoria antecipada das mulheres, o autor da carta (texto 3) alega que, em média, elas vivem oito anos a mais que os homens. No contexto, essa observação indica que as mulheres:

- (A) deveriam ter seu tempo aumentado, ao invés de reduzido;
- (B) trabalham menos que os homens, daí que vivam mais e seja injusto o benefício;
- (C) pagam por menos tempo que os homens e, mesmo assim, recebem o mesmo que eles;
- (D) não praticam a dupla jornada e, por isso, não fazem jus a privilégios;
- (E) recebem a aposentadoria por mais tempo que os homens, aumentando a despesa governamental.

## Texto 4

## MAIS UM ATAQUE DISFARÇADO CONTRA A NOSSA AMAZÔNIA

A intenção de domínio sobre a Amazônia, com seus 830 mil quilômetros quadrados, dos quais mais de 65 por cento nosso, aparece seguidamente, sob os mais incríveis disfarces. A iniciativa parte sempre de alguma ONG, ligada a poderosos grupos internacionais, que surge como salvadora da Pátria, para “preservar” a floresta e suas riquezas. Já se viu esse filme. Quem não lembra quando uma ONG conseguiu transferir para o Japão a propriedade do nome “Cupuaçu”? Agora surge mais um desses ataques, escamoteados sob boas intenções e com apoio de governos vizinhos. O presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, caiu na catilinária da ONG, Fundação Gaia Internacional e mandou ao Congresso projeto criando um “corredor ecológico” dentro da Amazônia, que ligaria os Andes ao Oceano Atlântico. Esse corredor seria intocado e suas riquezas eternamente não violadas. Assim, aparentemente, seria uma ideia positiva, não fosse a Gaia uma entidade bancada por dinheiro de várias Nações, todas elas muito aflitas para botar a mão em alguma coisa próxima dos 230 trilhões de dólares das riquezas que a maior floresta do mundo comporta.

O presidente colombiano (isso mesmo, do país que até recentemente era dominado pelo narcotráfico e ainda se mantém como um dos maiores exportadores de cocaína do mundo), não consegue resolver seus problemas internos, mas quer interferir nos vizinhos, impondo um corredor, inclusive dentro do Brasil, onde ninguém entraria. Como ninguém? Claro que a exceção seria para as ONGs internacionais; para representantes da Igreja, que viriam “catequizar” os índios e para outros estrangeiros. A proibição seria para os brasileiros, que não poderiam usar parte do seu território. Nosso governo, até agora, não chiou contra esse crime. O que, aliás, não é surpresa alguma! (*Correio de Notícias*, 21/07/2015)

## 14

Entre as críticas presentes no texto 4, NÃO se inclui a crítica:

- (A) à Colômbia, por sua tentativa de interferência em negócios internos de países vizinhos;
- (B) às ONGs internacionais, por sua hipócrita atuação;
- (C) a parte da Igreja, por sua hipócrita atitude de “catequizar” os índios;
- (D) ao nosso governo, por sua inércia diante de tentativas de intromissão em nossos assuntos internos;
- (E) a países estrangeiros por sua tentativa de preservar a floresta e suas riquezas.

## 15

O termo que exerce a função de complemento, e não de adjunto, é:

- (A) salvadora da Pátria;
- (B) apoio de governos vizinhos;
- (C) dinheiro de várias nações;
- (D) 230 trilhões de dólares;
- (E) a maior floresta do mundo.

## 16

“A intenção de domínio sobre a Amazônia, com seus 830 mil quilômetros quadrados, dos quais mais de 65 por cento nosso, aparece seguidamente, sob os mais incríveis disfarces”.

Sobre os componentes desse segmento do texto 4, é correto afirmar que:

- (A) a preposição “sobre” deveria ser substituída por “sob”;
- (B) a expressão “quilômetros quadrados” deveria ser substituída por Km<sup>2</sup>;
- (C) o pronome “nosso” deveria ser substituído por “nossos”;
- (D) o advérbio “seguidamente” deveria ser substituído por “em seguida”;
- (E) a preposição “sob” deveria ser substituída por “sobre”.

## 17

As palavras “preservar” e “catequizar” aparecem entre aspas porque pretendem:

- (A) destacar a importância das ações citadas;
- (B) ironizar as intenções de quem as empregam;
- (C) repetir palavras alheias;
- (D) mostrar a preocupação mundial com a Amazônia;
- (E) valorizar algumas ações em relação à Amazônia.

## 18

“A iniciativa parte sempre de alguma ONG, ligada a poderosos grupos internacionais, que surge como salvadora da Pátria, para “preservar” a floresta e suas riquezas. Já se viu esse filme. Quem não lembra quando uma ONG conseguiu transferir para o Japão a propriedade do nome “Cupuaçu”?”

A frase “Já se viu esse filme” equivale a:

- (A) é a primeira vez que isso acontece;
- (B) trata-se de conversa mole pra boi dormir;
- (C) já fizeram ações semelhantes outras vezes;
- (D) não traz nenhuma novidade;
- (E) mostra-se a mesma dedicação de sempre.

## 19

O segmento do texto 4 que documenta o emprego de linguagem coloquial é:

- (A) “Como ninguém?”;
- (B) “Claro que a exceção seria para as ONGs internacionais; para representantes da Igreja, que viriam “catequizar” os índios e para outros estrangeiros”;
- (C) “A proibição seria para os brasileiros, que não poderiam usar parte do seu território”;
- (D) “Nosso governo, até agora, não chiou contra esse crime”;
- (E) “O que, aliás, não é surpresa alguma!”.

**20**

“Como ninguém? Claro que a exceção seria para as ONGs internacionais; para representantes da Igreja, que viriam “catequizar” os índios e para outros estrangeiros. A proibição seria para os brasileiros, que não poderiam usar parte do seu território”.

O emprego do futuro do pretérito em “seria”, “viriam” e “poderiam” indica ações:

- (A) certamente realizadas em futuro próximo;
- (B) já realizadas no passado distante;
- (C) a serem possivelmente realizadas no futuro;
- (D) nunca realizadas;
- (E) realizadas sob determinadas condições.

## Conhecimentos Específicos

Texto 1: Câmara negocia folha de pagamento para bancar shopping

A Câmara dos Deputados negocia com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal a folha de pagamento dos 16 mil servidores da Casa, adquirida pelas duas instituições financeiras em 2008 por R\$ 220 milhões. Esse valor atualizado, chega a mais de R\$ 300 milhões, graças à inflação e ao rendimento da aplicação.

Fonte: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,camara-negocia-folha-de-pagamento-para-bancar-shopping-imp-,1643945>

Publicado em 04/03/2015

**21**

O texto 1 retrata uma negociação envolvendo a folha de pagamento em que o direito de sua exploração é cedido a um terceiro para usufruto por um período determinado, apesar de estar sob o controle do ente público por período indeterminado. Nesse contexto, para a Câmara dos Deputados, o ativo representado pela folha de pagamento propriamente dita:

- (A) apenas deixará de ser reconhecido como ativo na contabilidade pública nos casos de vacância do servidor;
- (B) é mensurado com base em estimativas econômicas;
- (C) é um ativo intangível do ente público, reconhecido com base na cessão de sua exploração;
- (D) apesar de trazer benefícios econômicos futuros para o ente público, não é reconhecido como ativo na contabilidade;
- (E) é um ativo intangível.

**22**

Segundo a sua natureza, a classificação da despesa orçamentária é constituída em termos de:

- (A) categoria econômica, natureza e elemento;
- (B) empenhadas, executadas e liquidadas;
- (C) despesas correntes, de capital e outras despesas correntes;
- (D) despesas operacionais, não operacionais e de resultado;
- (E) liquidações, pessoal e encargos sociais.

**Texto 2**

Governo duplica restos a pagar para conseguir cumprir meta fiscal

Ao antecipar em tom de comemoração, na última sexta-feira, o resultado do superávit primário do governo central em 2013, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que o anúncio tinha o objetivo de “acalmar os nervosinhos”. Na ocasião, Mantega desqualificou as preocupações do mercado em relação à deterioração das contas públicas. Contudo, um levantamento da ONG Contas Abertas divulgado nesta quarta-feira mostra que o cumprimento da meta tão celebrado pelo ministro não passou ileso a mais uma manobra fiscal feita no último minuto. O governo deixou de desembolsar 51,3 bilhões de reais em despesas que já haviam sido executadas e autorizadas, restando apenas a efetuação do pagamento. Ou seja, o montante ficou “na boca do caixa”, mas não saiu dos cofres justamente para não impactar o superávit.

Como a despesa terá de ser efetuada em 2014, o impacto fiscal foi apenas adiado. O valor consta do balanço da União como ‘restos a pagar processados’. Segundo o Contas Abertas, não é incomum o adiamento de parte desses gastos. O problema, aponta o levantamento, é que desde 2009 o montante de restos a pagar processados estava praticamente constante, na casa dos 25 bilhões de reais. De 2013 para 2014, a previsão, no entanto, deu um salto. O total dessa categoria de despesa no ano passado foi de 26,3 bilhões de reais. O valor é 25 bilhões de reais menor do que este ano.

Fonte: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/governo-dobra-restos-a-pagar-para-conseguir-cumprir-meta-fiscal>

Publicado em 08/01/2014

**23**

No caso referido no texto 2, o montante de 51,3 bilhões diz respeito a despesas:

- (A) empenhadas e não liquidadas nos últimos cinco anos;
- (B) executadas até 31 de dezembro, mas não empenhadas;
- (C) válidas por um ano, após o que, sem liquidação, deverão ser canceladas;
- (D) sujeitas a prescrição quinquenal;
- (E) que podem ter até 18 meses de sobrevida.

**24**

No caso referido no texto 2, os restos a pagar seriam passíveis de cancelamento em até 18 meses se relativos a despesas:

- (A) empenhadas em anos anteriores e não liquidadas até 31 de dezembro de 2013;
- (B) empenhadas em 31 de dezembro de 2013 e não liquidadas;
- (C) executadas até 31 de dezembro de 2013, mas não autorizadas;
- (D) empenhadas e não autorizadas até 31 de dezembro de 2013;
- (E) executadas até 31 de dezembro de 2013, mas não empenhadas em anos anteriores.

**25**

Inscriver os contribuintes na dívida ativa até o dia 31 de dezembro de 2013 permitiria:

- (A) aumentar o superávit primário das contas públicas;
- (B) reduzir os pagamentos em atraso dos tributos de 2014;
- (C) contabilizar a receita pelo regime de caixa;
- (D) aumentar o déficit das contas públicas;
- (E) reajustar um determinado tributo de 2014.

**Texto 3**

Congresso adia mais uma vez a votação do Orçamento 2015

Pela Constituição, o Orçamento deve ser aprovado pelo Congresso até dezembro de cada ano. Quando isso não acontece, o governo só pode gastar no ano seguinte o correspondente a 1/12 do orçamento do ano anterior, até que o novo orçamento seja aprovado.

Para destravar a votação, o Executivo aceitou liberar R\$ 10 milhões em emendas por parlamentares novatos. As emendas são recursos públicos que os senadores e deputados destinam no Orçamento para projetos e obras em redutos eleitorais nos seus estados e municípios de origem.

Fonte: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/congresso-adia-mais-uma-vez-votacao-do-orcamento-2015.html>

Publicado em 11/03/2015

**26**

No caso referido no texto 3, especificamente no que concerne à Lei de Orçamento Anual (LOA), ao congresso cabe a sua:

- (A) elaboração, além da proposição de emendas;
- (B) apreciação, momento em que as emendas são impostas;
- (C) execução, após sancionada pelo Poder Executivo;
- (D) apreciação, além da proposição de emendas;
- (E) elaboração, momento em que as emendas são negociadas.

**27**

No caso referido no texto 3, após a aprovação da LOA pelo Poder Legislativo, o Poder Executivo:

- (A) é autorizado a executá-la;
- (B) deve sancioná-la e fiscalizar a sua execução;
- (C) é o responsável pela sua execução integral;
- (D) deve atender às emendas aprovadas para ter apoio político;
- (E) pode sancioná-la e cuidar para que seja executada.

**28**

No caso referido no texto 3, o congresso não aprovou a LOA dentro do prazo previsto pela legislação. Enquanto persistir essa situação, o Poder:

- (A) Legislativo fica impedido de encerrar o ano legislativo;
- (B) Executivo fica autorizado a prolongar o princípio da anualidade;
- (C) Legislativo fica impedido de entrar em recesso, pois a aprovação da LOA era necessária;
- (D) Executivo fica impedido de iniciar a elaboração da LDO de 2015, pois a parcela de 1/12 do orçamento é insuficiente;
- (E) Executivo fica impedido de executar a LOA.

**29**

O processo de restituição consiste na devolução total ou parcial de receitas orçamentárias que foram recolhidas a maior ou indevidamente, as quais, em observância aos princípios constitucionais da capacidade contributiva e da vedação ao confisco, devem ser devolvidas. Não há necessidade de autorização orçamentária para sua devolução. Na União, a restituição é tratada como:

- (A) despesa extraorçamentária;
- (B) receita extraorçamentária;
- (C) dedução da receita orçamentária;
- (D) despesa orçamentária;
- (E) dedução da receita extraorçamentária.

**30**

No curso normal das operações, uma entidade pública pode receber recursos antes da ocorrência de um evento tributável. Em tais circunstâncias, um passivo referente ao montante equivalente àquele do recebimento antecipado é reconhecido até que o evento tributável ocorra, configurando:

- (A) uma variação patrimonial aumentativa;
- (B) um fato permutativo;
- (C) uma variação patrimonial diminutiva;
- (D) um fato misto;
- (E) uma variação patrimonial qualitativa.

**31**

Desde a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) a dívida consolidada não depende mais do tempo (caso da Lei nº 4.320/64) para sua classificação em fluante ou fundada. A esse respeito, é correto afirmar que a dívida fluante é equivalente:

- (A) aos empréstimos tomados com finalidades específicas;
- (B) aos compromissos exigíveis a curto prazo, cujo pagamento independe de autorização legislativa;
- (C) às despesas empenhadas e não pagas até o término de cada exercício social;
- (D) às operações de crédito contratadas para amortização em prazo inferior a 12 meses e às demais obrigações financeiras;
- (E) ao passivo financeiro no encerramento do exercício, após a inscrição de restos a pagar.

**32**

Até 2012, o setor público brasileiro não adotava uma contabilidade patrimonial. Com a obrigatoriedade de adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP), os municípios brasileiros precisaram adequar seus procedimentos contábeis até dezembro de 2013, inclusive sob esse aspecto. Nesse contexto, considere que determinado município brasileiro, ao adotar o novo padrão contábil, precisou tomar providências quanto a um computador adquirido em 2012 por R\$ 4.000,00 a fim de reconhecer os efeitos da depreciação desse item. Como já havia se passado algum tempo, a base monetária inicial não era mais confiável, portanto, antes de iniciá-la, foi necessário realizar um teste de recuperabilidade. Em 2013 foi realizado o teste e chegou-se a um valor atual de R\$ 3.000,00. Com isso, houve:

- (A) um período de vida útil remanescente estimada em 4 anos para fins de depreciação;
- (B) o registro da redução ao valor recuperável de R\$ 1.000,00 com reconhecimento da depreciação acumulada referente a 2012;
- (C) um período de vida útil incompatível com a depreciação de equipamentos que se tornam rapidamente obsoletos;
- (D) um período de vida útil irrelevante para fins de controle patrimonial, logo sem necessidade de registro da depreciação;
- (E) o registro da redução ao valor recuperável de R\$ 1.000,00 para iniciar a depreciação com base no valor inicialmente investido.

**33**

Formado por uma relação padronizada de contas apresentada em conjunto com atributos conceituais, o PCASP permite a consolidação das Contas Públicas Nacionais, conforme determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Acerca do sistema de contas da contabilidade pública e dos fatos que afetam o patrimônio dos entes estatais, é correto afirmar que:

- (A) uma despesa monetária corrente com aquisição de material de consumo para estoque gera uma variação patrimonial passiva;
- (B) a receita corrente a realizar é conta típica do sistema financeiro;
- (C) a aquisição de um veículo e a contratação de uma operação de crédito representam variações patrimoniais diminutivas;
- (D) o plano de contas utilizado na contabilidade pública deve ser capaz de evidenciar os vários estágios das receitas e despesas;
- (E) toda receita orçamentária por mutação gera uma variação patrimonial mista.

**Texto 4**

Governo apresenta orçamento de 2016 com R\$ 30,5 bi de déficit

O governo entregou ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), nesta segunda-feira (31), a proposta de Orçamento da União de 2016 com a previsão de déficit primário de R\$ 30,5 bilhões, o que representa 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto).

A peça foi apresentada pelos ministros Joaquim Levy (Fazenda) e Nelson Barbosa (Planejamento).

“Devido ao cenário de receitas e, mesmo após o nosso esforço de contenção do crescimento de gastos tanto obrigatórios quanto discricionários, ainda assim, não será possível cumprir a nossa meta anterior de resultado primário que era de R\$ 34 bilhões. Diante do novo cenário de receitas e despesas, nós teremos nossa previsão, para o próximo ano, de um déficit primário de R\$ 30,5 bilhões”, anunciou Barbosa.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1675915-governo-apresenta-orcamento-de-2016-com-r-305-bi-de-eficit.shtml>

**34**

Considerando que o equilíbrio entre receitas e despesas é um princípio orçamentário necessário à elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), o déficit de R\$ 30,5 bilhões indicado no trecho da matéria jornalística apresentado no texto 4:

- (A) não inclui as receitas com operação de crédito;
- (B) é um caso flagrante de desrespeito ao equilíbrio orçamentário;
- (C) compromete o princípio orçamentário da legalidade;
- (D) afronta o princípio orçamentário da universalidade;
- (E) está em consonância com o princípio orçamentário da publicidade.

**35**

O orçamento só versa sobre matéria orçamentária, podendo conter autorização para abertura de créditos suplementares e operações de crédito, ainda que por antecipação da receita (1); e é vedada a vinculação dos impostos a órgão, fundo ou despesa, exceto as próprias transferências constitucionais para manutenção e desenvolvimento do ensino (FPE, FPM, etc) e as garantias às operações de crédito por antecipação da receita (2).

A alternativa que associa corretamente os conceitos 1 e 2 aos princípios orçamentários da Universalidade (A), Legalidade (B), Não-Afetação (C), Orçamento-Bruto (D) e Exclusividade (E) é:

- (A) 1-A; 2-D;
- (B) 1-B; 2-A;
- (C) 1-C; 2-E;
- (D) 1-D; 2-B;
- (E) 1-E; 2-C.

**36**

Analise as afirmativas abaixo relacionadas à Lei Orçamentária Anual:

I – Face às dificuldades estruturais do país, principalmente em fases de crescimento da economia, o equilíbrio orçamentário pode ser desconsiderado pelo Poder Executivo na fase de envio da LOA ao Poder Legislativo;

uma vez que

II – quando existe um déficit nas cifras do projeto enviado ao Congresso, o executivo propõe a utilização de operações de crédito para equilibrar as contas públicas.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) a segunda assertiva apresenta uma solução válida, mas que não encontra respaldo na primeira assertiva;
- (B) a primeira assertiva está correta, todavia o complemento utilizado na segunda assertiva é insuficiente para explicá-la;
- (C) a segunda assertiva é inválida e o argumento apresentado na primeira assertiva está incompleto;
- (D) a primeira assertiva está incorreta, por consequência o complemento utilizado na segunda assertiva é incorreto;
- (E) a primeira assertiva apresenta uma situação recorrente e que é incoerente com a explicação indicada na segunda assertiva.

**37**

Afeta o cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre a participação nos Lucros / Resultados (PLR):

- (A) anuidade sindical;
- (B) despesa com dependentes;
- (C) despesa com saúde e educação;
- (D) investimento em previdência privada;
- (E) pensão alimentícia decorrente de determinação judicial.

Texto 5

Gabriel, órfão de pai e mãe, foi registrado em 1º de agosto de 2015 na empresa XYZ com salário bruto de R\$ 6.000,00. Junto com seus documentos pessoais e os de seus dois dependentes para fins de imposto de renda, deixou na empresa uma ordem judicial que o obriga a pagar R\$ 500,00 de pensão alimentícia, apesar de sua esposa não concordar com esse pagamento. Aliás, nesse mesmo mês a esposa de Gabriel entrou na 37ª semana de gestação do primeiro filho do casal. Gabriel, que já recebe uma aposentadoria de R\$ 1.800,00 do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) está muito feliz, pois será pai novamente aos 80 anos de idade.

**38**

De acordo com as informações disponíveis no texto 5 relativas ao Sr. Gabriel, o valor de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) relativo ao mês de agosto foi:

- (A) calculado com base na quinta faixa de apuração;
- (B) calculado com base em todas as faixas de apuração;
- (C) isento em relação ao seu provento de aposentadoria;
- (D) menor por conta da gestação do seu filho;
- (E) calculado com base na alíquota de 22,5%.

**39**

De acordo com as informações disponíveis no texto 5 relativas ao Sr. Gabriel, a base de cálculo da sua contribuição devida ao INSS no mês de agosto será:

- (A) deduzida da pensão alimentícia devida, sem incluir o salário família;
- (B) calculada com a aplicação da alíquota de 11% sobre o salário de contribuição;
- (C) deduzida dos proventos de aposentadoria;
- (D) acrescida dos proventos de aposentadoria;
- (E) escalonada em função das faixas de contribuição com aplicação das alíquotas de 7%, 8% e 11%.

**40**

Os vínculos concomitantes para fins de remuneração do Sr. Gabriel, conforme exhibe o texto 5, facultam a ele:

- (A) reduzir sua contribuição ao INSS e o aumento do valor de IRRF;
- (B) se eximir da isenção de IRRF prevista às pessoas idosas com mais de 65 anos;
- (C) recolher complemento de imposto de renda retido a menor pela empresa XYZ em relação ao seu salário;
- (D) recolher IRRF a maior e posteriormente creditar-se para fins de apuração da contribuição ao INSS;
- (E) duplicar o teto de isenção do IRRF previsto às pessoas idosas com mais de 65 anos.

**41**

O Programa de Integração Social (PIS) sobre a folha de pagamento é uma obrigação tributária principal devida por todas as entidades:

- (A) sob vigência de incentivo fiscal junto ao governo federal;
- (B) imunes ou que recolhem imposto de renda pelo lucro real;
- (C) incluídas na política de desoneração da folha de pagamento;
- (D) sem fins lucrativos, se isentas, imunes ou dispensadas;
- (E) com atuação no setor educacional, religioso ou afins.

**42**

A contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) sobre a folha de pagamento será determinada na base de 1% sobre a folha de salários do mês. São entidades sujeitas a tal contribuição:

- (A) os templos de qualquer culto e as associações de moradores;
- (B) as associações de cabos do exército e os partidos políticos;
- (C) os partidos políticos e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB);
- (D) a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e as Organizações não-Governamentais (ONG);
- (E) as Organizações não-Governamentais (ONG) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI).

## Texto 6

O departamento de custos da empresa Controlassado S.A. apresentou no mês de novembro as seguintes informações:

CONTA	VALOR
Aluguel da fábrica	140
Armazenamento de produtos acabados	320
Comissão sobre vendas	230
Energia elétrica da indústria	170
Juros sobre empréstimos	260
Mão de obra direta	80
Matéria-prima	50
Perdas com matérias-primas extraviadas	290
Salário supervisor da fábrica	200

**43**

Considerando as informações do texto 6 e que a empresa produziu um único produto no período, o total dos custos indiretos de fabricação foi de:

- (A) 0;
- (B) 310;
- (C) 510;
- (D) 630;
- (E) 920.

**44**

A empresa Controlassado S.A. produziu em novembro 20 unidades de um produto e vendeu apenas 15. Sabendo-se que os gastos incorridos são os apresentados no texto 6, o custo dos produtos vendidos por meio do sistema de custeio por absorção corresponde a:

- (A) 32;
- (B) 97,5;
- (C) 480;
- (D) 697,5;
- (E) 720.

**45**

Os custos diretos de um departamento de apoio devem ser:

- (A) transferidos para os departamentos de produção;
- (B) rateados pelo nível de produção;
- (C) classificados como despesa do exercício;
- (D) apropriados diretamente aos produtos;
- (E) considerados como custos variáveis.

**46**

A alternativa que contém somente itens que representam custos de produção é:

- (A) energia elétrica da fábrica; transporte dos funcionários da administração e depreciação;
- (B) frete de compra de matéria-prima; depreciação de equipamentos fabris e mão de obra indireta;
- (C) matéria-prima; mão de obra e comissão de vendas;
- (D) frete para entregar as mercadorias a clientes; refeição dos funcionários da produção e energia elétrica da fábrica;
- (E) mão de obra direta; matéria-prima e salário do diretor financeiro.

**47**

Quando uma empresa possui um gasto que no seu total varia em função da quantidade de produtos produzidos e também necessita de algum critério de alocação para a divisão do gasto em cada tipo de produto, isso representa:

- (A) custo fixo e custeio por absorção;
- (B) despesa fixa e custo direto de fabricação;
- (C) despesa variável e custo direto de fabricação;
- (D) custo variável e custo indireto de fabricação;
- (E) custo variável e custeio por absorção.

**48**

A empresa Massacom Carbonara apresentou lucro contábil nos anos de 2013 e 2014. Porém o Contador alertou a diretoria para o fato de que, apurando o lucro pelo custeio variável, a empresa teve um resultado pior nos dois anos. Uma possível explicação para tal fato pode ser:

- (A) a classificação das despesas de depreciação;
- (B) as despesas variáveis de venda que são consideradas como custo no método de custeio variável;
- (C) a empresa teve um aumento nos seus estoques e a respectiva parte dos custos fixos não impactaram o lucro contábil;
- (D) o aumento do nível das vendas e a consequente redução dos níveis de produtos em estoque;
- (E) a empresa está vendendo produtos com margem de contribuição negativa ou próxima de zero.

## Texto 7

A Companhia Arrozmontese Ltda. implementou um sistema de controle gerencial. Porém o sistema ainda não está pronto e precisa que o contador faça as análises. Os dados extraídos do sistema são apresentados abaixo:

Produtos	Custos		Despesas Adm. Fixas	Despesas com Vendas variáveis	Receita de vendas	Quantidade vendida
	Fixos	Variáveis				
A	500.000	400.000	300.000	200.000	1.000.000	1.600
B		500.000		250.000	1.100.000	1.350
C		600.000		300.000	1.200.000	1.140
D		650.000		250.000	1.200.000	1.350
E		800.000		400.000	1.300.000	1.610

Pelo relatório, todas as unidades produzidas foram vendidas.

## 49

Com base nos dados do texto 7, o produto com a pior margem de contribuição total é:

- (A) A;
- (B) B;
- (C) C;
- (D) D;
- (E) E.

## 50

A Companhia Arrozmontese Ltda. precisa decidir que produto possui prioridade na produção. Para isso definiu que tal produto seria o que tivesse maior margem de contribuição. Com base no texto 7, o produto que possui maior margem de contribuição unitária é:

- (A) A;
- (B) B;
- (C) C;
- (D) D;
- (E) E.

## 51

Com base nos dados do texto 7, o lucro gerado pelos cinco produtos, considerando o sistema de custeio variável, corresponde ao valor de:

- (A) \$ 5.800.000;
- (B) \$ 1.450.000;
- (C) \$ 1.150.000;
- (D) \$ 950.000;
- (E) \$ 650.000.

## 52

Com base nos dados do texto 7, considerando que os custos fixos da Companhia Arrozmontese Ltda. foram rateados em razão da quantidade vendida, o produto mais lucrativo é:

- (A) A;
- (B) B;
- (C) C;
- (D) D;
- (E) E.

## 53

O contador da Companhia Arrozmontese Ltda. identificou que nem todas as unidades produzidas tinham sido vendidas. A correta quantidade de unidades produzidas foi:

Produtos	Quantidade produzida
A	1.700,00
B	1.500,00
C	1.140,00
D	1.350,00
E	2.500,00

Considerando a nova quantidade de unidades produzidas e os dados do texto 7, o produto com maior margem de contribuição unitária corresponde ao produto:

- (A) A;
- (B) B;
- (C) C;
- (D) D;
- (E) E.

## 54

Uma possibilidade para as empresas que desejam aumentar a margem de contribuição de seus produtos é:

- (A) terceirizar sua produção;
- (B) vender seus imóveis próprios e alugar novas unidades;
- (C) reduzir seus custos indiretos de fabricação;
- (D) conseguir fornecedores de matérias-primas mais baratas;
- (E) aumentar a sua produção para diluir os custos.

## 55

Durante o governo ditatorial do presidente Getúlio Vargas entre 1937 e 1945, o governo brasileiro oficializou uma política de ocupação da região norte do país ao ver na Amazônia uma importância estratégica. A marcha para o oeste, como ficou conhecida a iniciativa do governo varguista, foi possível graças aos incentivos financeiros do estado brasileiro, visando à exploração econômica da região.

Em relação à política varguista de ocupação dessa área do país, é correto destacar:

- (A) a imediata definição do território dos indígenas sem que houvesse problemas nesse processo;
- (B) a ausência de preocupação oficial do governo com a preservação do bioma da região norte;
- (C) a presença do capital externo como exclusivo investidor na exploração da região norte;
- (D) a opção do governo varguista na criação da indústria de base na região norte;
- (E) a presença do capital privado nacional no desenvolvimento do transporte da região norte.

**56**

“Rondon saiu de Cuiabá (MT) na chefia de uma comissão composta por mais de 300 homens e 15 cachorros (animais de estimação e paixão do sertanista) (...) No dia 25 de dezembro de 1909, com apenas 15 homens e nenhum cachorro, chegou a Santo Antônio do Madeira (6 quilômetros do centro de Porto Velho). A jornada de quase três anos colocou seu nome na história mundial e nominou um Estado (Rondônia) e o Meridiano 52 (Rondon) do planeta Terra.”

(Fonte: <http://www.rondonia.ro.gov.br/Acesso> em 15 de setembro de 2015)

O objetivo inicial da comissão comandada por Rondon era a:

- (A) instalação e conservação de linhas telegráficas;
- (B) construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré;
- (C) busca por riquezas minerais na região amazônica;
- (D) demarcação de terras indígenas com vistas à criação de reservas;
- (E) abertura de pistas de pouso para facilitar o acesso à região.

**57**

O desenvolvimento econômico da região norte pode ser entendido a partir da criação de um projeto ferroviário para interligar a região amazônica entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. No entanto, com o advento do regime militar brasileiro, nos anos 60 do século XX, o projeto ferroviário foi abandonado em razão da prioridade dada pelo regime militar ao transporte:

- (A) pluvial na região norte;
- (B) naval pelo litoral da região norte;
- (C) aéreo na região norte;
- (D) misto aéreo e pluvial da região norte;
- (E) rodoviário da região norte.

**58**

“Entram em conflito armado, revidando as violências de que foram vítimas por parte dos construtores da ferrovia Madeira-Mamoré e dos seringueiros, no início do século XX. Atualmente, estão sob a violência muito mais agressiva, a dominação ideológica descaracterizando-os e despojando-os dos seus valores culturais atávicos de nação”.

(Fonte: <http://www.geocities.ws/rondonianaweb>)

O texto se refere a um dos maiores grupos indígenas do estado de Rondônia, que possui atualmente a maior área indígena no Estado, habitando no Município de Guajará-Mirim. Trata-se dos:

- (A) Karipunas;
- (B) Pakaás Novos;
- (C) Tubarão – Latundê;
- (D) Cinta Larga;
- (E) Gaviões.

**59**

“A sensação térmica pode chegar a 38°C neste sábado (5) na capital de Rondônia. De acordo com o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), o tempo deve ser firme em todo o estado no final de semana”.

A previsão é de céu claro sem chuvas em todo o centro sul. Já nas demais regiões, incluindo Porto Velho, céu claro a parcialmente nublado com pancadas de chuvas e trovoadas em áreas isoladas, podendo ser acompanhada de rajadas de ventos no período da tarde e noite.

(Fonte: <http://g1.globo.com/>, 05/09/2015. Acesso em 20/09/2015).

A descrição do tempo apresentada na notícia revela características de temperatura e pluviosidade comuns na região norte do Brasil, onde predomina o clima:

- (A) equatorial, com baixa amplitude térmica anual e estações bem diferenciadas em termos de precipitação;
- (B) tropical úmido, mesotérmico em termos de temperatura e de pluviosidade irregular;
- (C) tropical semiúmido, de baixa amplitude térmica anual e duas estações pluviométricas bem definidas;
- (D) equatorial, com pequena variação de temperatura ao longo do ano e total pluviométrico anual elevado;
- (E) tropical, com temperaturas médias elevadas ao longo do ano e precipitação distribuída de forma irregular ao longo do ano.

**60**

A ocupação e a exploração da região norte, durante a 1ª metade do século XX, pode ser explicada pelo grande fluxo de mão de obra migrante. Entre 1939 e 1945, com o Brasil envolvido, direta ou indiretamente, na II Guerra Mundial, ocorreu um forte afluxo de migrantes para a região norte, devido à necessidade da ampliação da extração de borracha.

Em relação aos migrantes responsáveis pelo desenvolvimento da produção da borracha, é correto afirmar que:

- (A) os gaúchos formaram a grande maioria dos migrantes da região norte;
- (B) os paulistas buscaram um novo eldorado com a ocupação da região norte;
- (C) a presença de nordestinos foi a marca desse processo em função da seca no nordeste;
- (D) os catarinenses em busca de terras baratas formaram o grupo majoritário;
- (E) a população mestiça prevaleceu, oriunda da região centro-oeste.







Realização

 **FGV PROJETOS**